Existem muitos funcionando. Tomara que voltem a funcionar intensamente. Têm o meu apoio. Faço aqui eventos para defender o Conseg. Se tudo der certo, teremos aí os Consegs em conjunto, inclusive, com esse produto a mais, que é a Vizinhança Solidária, levando segurança para o cidadão de São Paulo.

O SR. HÉLIO NISHIMOTO - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Deputado Coronel Camilo, em primeiro lugar quero cumprimentar V. Exa. pela importância do assunto.

Nós acompanhamos o trabalho de V. Exa. na área de Segurança Pública, a experiência que tem, a visão tão clara sobre a Segurança, e admiramos muito todo o seu trabalho na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Em se tratando dos Consegs e dessa campanha da Vizinhança Solidária, quero confirmar o quanto tem sido importante, inclusive na nossa região do Vale do Paraíba. Vossa Excelência sempre atuou e foi comandante da polícia, esteve por várias vezes no comando do policiamento do interior - 1, em São José dos Campos, e que sempre nos deu a honra de ter aquele momento de bate-papo, passamos a ver como a visão de V. Exa. tem sido tão precisa, em relação à segurança da nossa população.

Lá temos os Consegs funcionando. São vários Consegs, nas várias regiões da cidade de São José dos Campos, que tem 700 mil habitantes, uma cidade do porte da grande cidade do deputado Raul Marcelo, que também tem esses projetos voltados para a segurança, e o porte das cidades são semelhantes - Sorocaba, São José dos Campos e outras mais.

Lá os Consegs têm funcionado muito bem. Vossa Excelência visitou, por várias vezes, acompanhou o trabalho do comando da polícia de São José dos Campos, e viu o funcionamento e a disciplina daquelas corporações que lá trabalham.

Quero cumprimentar exatamente porque vemos na cidade vários desses Consegs, e vários desses trabalhos da Vizinhança Solidária acontecendo, e fazendo muita diferença. No próprio bairro onde resido, no Jardim das Indústrias, atrás da fábrica da Johnson & Johnson, há um grupo muito bem organizado de Vizinhança Solidária, que tem essas placas nas residências afixadas no portão ou no muro. As pessoas passam a ter uma convivência.

Hoje em dia, nas cidades maiores, o relacionamento entre as pessoas é muito reduzido. Com esse programa da Vizinhança Solidária eles passam a ter uma integração muito maior, não só nessa parte de segurança, mas acabam se envolvendo em outros assuntos, trocando receitas e fazendo aquela amizade com os vizinhos. Formam, inclusive, grupos de Whatsapp, trocando telefones, para alertarem sobre alguma coisa estranha que esteja acontecendo na rua, ou alguma residência que esteja sendo invadida. Rapidamente eles trocam informações.

Portanto, tem sido muito útil para nossa cidade em São José dos Campos. E por isso que eu quero, confirmando o que V. Exa. disse a respeito dessa campanha e desse projeto, que conseguiu aprovação do Estado, cumprimentar e dizer que nós estamos aí solidários a esse projeto, querendo difundir, ainda mais, se V. Exa. permitir, em todos os meios de comunicação, para que as pessoas percebam o quanto é importante, todos participarem da Segurança Pública, não só a força policial mas, também, cada cidadão.

Quero dizer um pouco mais sobre a Segurança Pública. A importância que V. Exa. tem para esta Assembleia, juntamente com o deputado Coronel Telhada, o deputado Delegado Olim, e outros mais que defendem a segurança, porque são os nossos heróis, são pessoas que arriscam a própria vida para defender a nossa população e, por isso, merecem todo o nosso respeito.

A despeito de alguns desvios que ocorrem, mas sabemos que a grande maioria da corporação é composta realmente de pessoas honestas, que trabalham em favor da nossa população, e, por isso, merecem maior atenção, inclusive, na parte de subsídios. E as mudanças que precisam ser feitas no Brasil todo são voltadas para a melhoria da Segurança Pública, em especial, aquilo que já ouvimos do próprio governador Geraldo Alckmin, quando propôs no Congresso Nacional, algumas medidas na forma de lei para que a segurança venha a ser melhorada.

Uma delas, lembro-me muito bem, que a agressão contra os policiais tenha uma pena maior, que sejam punidos de uma forma mais rigorosa, porque estão atacando aqueles que nos protegem.

Portanto, acho muito justo, e é lógico, que qualquer atentado contra os policiais que esses criminosos fazem, seja punido de forma mais rigorosa.

Parabéns, desculpa tomar tanto tempo, mas eu achei um tema tão importante que V. Exa. traz aqui ao plenário, que eu queria participar um pouco e confirmar aquilo que nós temos visto do seu trabalho, e também, do resultado que isso traz.

Obrigado, deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Eu que agradeço, deputado. Concluindo minha fala, Sr. Presidente, quero dizer que isso aumenta o sentimento de pertencimento e faço coro com o deputado Hélio Nishimoto, dizendo que nós precisamos defender quem nos defende.

Esta Casa tem o dever de defender os policiais de São Paulo, os policiais civis, militares, científicos e a guarda-civil, porque essas pessoas arriscam a própria vida para nos defender.

E o programa Vizinhança Solidária é mais uma parceria da população com o poder público, nesse caso a polícia, fazendo realmente a diferença na vida das pessoas, como deu testemunho aqui Vossa Excelência.

Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem a palavra a nobre deputada Célia Leão, pelo tempo regimental.

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente em exercício, nobre deputada Analice Fernandes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, funcionários desta Casa, assíduos leitores do Diário Oficial e também da Assembleia Legislativa, neste momento, na tarde de hoje, quero fazer alguns registros muito importantes, que parece que cabe a todos nós aqui fazermos uma grande tarefa nessa direção.

Estamos nos avizinhando do mês de agosto onde todos de forma quase que indiscriminada - deputados de todos os partidos, representantes de toda a sociedade -, acabam se envolvendo com a questão, porque é o mês em que a questão da pessoa com deficiência vem à tona por uma série de datas marcadas para agosto - deputada Marta Costa conhece disso -, e as pessoas se envolvem nesse tema, o que é muito importante além de necessário.

Mas esta semana o Brasil todo, e acho que o mundo todo tenha assistido, de forma atônita, à questão de mais uma violência contra uma criança, uma jovem, e que isso está em todas as redes sociais, em toda a imprensa, escrita, falada, televisada. Mas o que eu queria aqui era enfatizar que toda e qualquer violência e todo e qualquer crime não pode ser aceito e tem que ser punido.

Mas eu queria, neste momento, trazer um problema que muitas vezes fica esquecido, fica quase que enterrado, e isso acontece lamentavelmente de forma violenta, e muitas vezes na nossa sociedade, que é a violência contra - aí não tem nem idade - crianças e jovens com algum tipo de deficiência. Esse tipo de violência muitas vezes fica fora da mídia e acaba ficando escondida das autoridades e da sociedade. Primeiro porque se há uma jovem, como aconteceu recentemente, com deficiência intelectual e física e portanto não se manifesta, e fica dentro da sua casa e é violentada, como foi, não tem nem como gritar, pedir socorro, fazer denúncia e ser encontrada na rua, porque ela está presa dentro de casa.

Então, o que eu queria, nesse momento, é fazer coro com o Coronel Camilo, com as autoridades da Polícia Militar, que é o Coronel Telhada, mas indistintamente com todos os deputados desta Casa, que de fato essa questão trazida agora da Segurança Pública é um problema de todos nós: dos governos, obviamente, a Constituição Estadual é clara nisso, a Federal também; é um problema das autoridades, seja a Presidência da República, governadores de Estado, prefeitos de municípios; é um problema também de vereadores, deputados, deputadas, senadores, porque a classe política, aqueles que têm mandato têm obrigação a mais de trabalhar essa questão.

Mas também é uma questão de solidariedade, porque como foi mostrado aqui o programa Vizinho Solidário é a única pessoa que nesse caso da violência pode saber o que está acontecendo na casa do vizinho. Que esses vizinhos possam também fazer esse papel de vigilância o tempo todo, porque às vezes uma criança sequestrada, um idoso maltratado, um idoso violentado acaba ficando à mercê de alguém que possa ouvir um grito de socorro, às vezes um grito silencioso na sua casa. Aquele velho jargão que usamos, já costumeiro que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher, foi em outros idos. Hoje em dia em briga de marido e mulher se mete a colher, o garfo, a faca, chama a Polícia, grita, sai para a rua. Não é possível mais assistirmos e acharmos que é comum na nossa vida algumas violências que acontecem. O problema não é do outro; o problema é nosso. E não é que está na hora. Já passou da hora de modificarmos essa situação. Hoje temos uma delegacia para receber denúncias de violência contra pessoas com deficiência, tal é o número de casos que acontecem no Brasil, mas de forma específica no estado de São Paulo. E temos uma Secretaria de Direitos das Pessoas com Deficiência. Essa Secretaria acabou indo para quase todos os municípios, pelo menos uma diretoria, e ainda assim as pessoas que têm algum tipo de deficiência acabam sendo violentadas e acabam tendo o seu direito de vida e de qualidade de vida cerceados.

Então, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, aqui é o lugar da voz da sociedade. Aqui é o lugar onde a sociedade tem, através de seus 94 deputados, homens e mulheres de diversas matizes, deputados de diversas regiões do estado de São Paulo e que, na verdade, são a voz dos 46 milhões de brasileiros. Então, cabe a nós, deputados, estarmos aqui respondendo, cobrando, participando, sendo vigilantes com essa questão da segurança.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Gostaria de parabenizar a deputada Célia Leão. Hoje, o importante projeto dela, eu imagino que pensado há muito tempo, trabalhado há muito tempo junto com a comunidade, que vai possibilitar que as pessoas portadoras de deficiência possam ter o passe intermunicipal gratuito.

Entendo que vai beneficiar uma parcela importante da população, um projeto brilhante de sua autoria que vai ser hoje, se tudo der certo, aprovado, fazendo jus ao seu belo trabalho, sobretudo aos portadores de deficiência do estado de São Paulo.

Parabéns, deputada Célia Leão.

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - Obrigada, deputado Vinholi. Na verdade, eu não ia trazer esse assunto ao microfone neste momento, mas, uma vez que V. Exa. me abre essa oportunidade, que talvez consigamos votar, espero que sim. É um benefício, deputado Vinholi, que vai fazer justiça. Outro dia, uma pessoa absolutamente desavisada entrou no meu gabinete e veio me cobrar - ou veio pelo menos comentar, se não foi cobrar - que a questão da isenção para compra de automóveis era um privilégio.

Eu disse a esse senhor, e não faz tanto tempo assim: "Como privilégio, se nas últimas décadas, nos últimos 500 anos do Brasil, as pessoas com deficiência no nosso País e em outros vários países do mundo - tirando a Europa, que depois da guerra conseguiu se reerguer e cuidar das cidades, principalmente para os que sobraram vivos da guerra - até hoje não têm direito a nada, a educação, a saúde, a cadeira de rodas?".

Pessoas com deficiência ficavam trancadas em casa. Se eram meninas, faziam tricô e crochê. Se eram meninos, faziam algum desenho em detalhe na madeira. Nada contra o detalhe em madeira, nada contra o crochê e o tricô. Hoje, toda a sociedade que trabalha nessa área faz trabalhos lindos, principalmente na área do turismo. Mas era o que era permitido às pessoas com deficiência.

Então, quando nós vimos e apresentamos um projeto dessa natureza, que está respaldado constitucionalmente, que as pessoas com deficiência tenham o direito de ir e vir, assim como os demais. Só que as pessoas com deficiência, como regra, não têm seu trabalho, não têm sua renda por razões óbvias, porque nem estudar elas estudaram. E não estudaram não porque não queriam ir à escola. Não estudaram porque o pai e a mãe não levavam. A cultura era essa. Para que vai estudar se tem deficiência? Não vai ser nada na vida. E não se prepararam também para o mercado trabalho. E esse mercado também não assume, não estou generalizando, mas também não assume as pessoas com deficiência.

Eu quero acrescentar, ainda, que temos uma lei de 25 anos que obriga empresas com mais de 100 funcionários a contratar pessoas com deficiência. Nós tivemos uma reunião, relativamente recente, na qual fomos questionados se nós não podíamos fazer uma intervenção na lei para que algumas empresas pudessem se acoplar a essa nova lei.

Eu disse: "Que nova lei? Vinte e cinco anos de lei. Se em 25 anos o empresário não conseguiu se organizar na sua empresa para contratar pessoas com deficiência, tem alguma coisa errada. Ou precisa de mais 25 anos?". Ou seja, vamos chegar aos 50 anos para fazer valer uma lei. Então, as coisas ainda acontecem hoje, no nosso dia a dia, e olhe que eu estou falando do estado de São Paulo.

Com todo o respeito ao Brasil, que é maravilhoso, com todo respeito aos outros 25 estados e ao Distrito Federal, mas São Paulo é o carro-chefe. O que acontece aqui ecoa para o Brasil e se nós temos esse tipo de mentalidade e dificuldade, imagine no Acre. Imagine em Belém do Pará. Imagine em Roraima. Imagine no do sertão: como as pessoas olham, pensam, veem e trabalham a questão da pessoa com deficiência? É uma questão muito séria.

Quero encerrar porque o meu tempo vai acabar daqui a pouco. Mas eu ainda queria deixar alguns números porque esses números têm que marcar a cabeça das pessoas. O último censo deu que, no Brasil hoje 24,9% da população tem algum tipo de deficiência ou apresentam mobilidade reduzida. Já vou aumentar 0,1% para cima e chegar a 25 por cento.

Significa dizer que, dos 210 milhões de brasileiros, hoje temos quase 50 milhões de pessoas que têm algum tipo de deficiência. Vou ser justa nos números: 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Mais que a Argentina, que é um grande país, importante, e não tem 40 milhões. Mais que o Uruguai. Dá para fazer quase 10 "Uruguais" com a população que temos, só de pessoas com deficiência.

Ainda há um detalhe importante: somos uma máquina de fabricar, diariamente, pessoas com deficiência. Diariamente: acidente de automóvel, de moto, de caminhão; atropelamento; parto mal feito; parto atrasado; mar que não tem sinalização; piscina sem cuidado. Ou seja, todos os dias, no nosso Brasil, lamentavelmente, é uma fábrica de fazer novas pessoas, de todas as idades, com algum tipo de deficiência.

Quero dizer que temos a obrigação, no estado de São Paulo, já que é o carro-chefe do Brasil, de achar solução - ou soluções – para a prevenção, através do noticiário, dos nossos governos municipais e estadual, da nossa secretaria de Saúde, e da nossa secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência, para que as pessoas não passem por isso.

Alguém pode me questionar: "Puxa, mas ter deficiência é tão ruim assim, que a deputada Célia Leão está dizendo que seria bom que as pessoas não tivessem deficiência?" É claro! Tenho que ser absolutamente justa e honesta. Ter deficiência não é a pior coisa do mundo, dá para viver. Dá para fazer uma "vida comum". Mas tenho que dizer a verdade no microfone: que, de longe, não é a melhor coisa do mundo.

Obviamente que ser normal é melhor. Ou é melhor ser cego que enxergar? Ou é melhor ser amputado da perna e do braço, do que ter braço e perna? Ou é melhor não andar do que andar?

É óbvio! Mas tenho que dizer que não há nada na vida que não assumamos. Não é questão de aceitar, é questão de assumir. Não há nada na vida, que não consigamos nos reorganizar na vida e viver da forma que é possível. Mas nem por isso vamos facilitar que as nossas crianças, os nossos jovens, os nossos idosos, os nossos homens e mulheres em geral, tenham algum tipo de deficiência.

Então quero encerrar o meu tempo dizendo que é obrigação de todos nós. Que não precisemos ter, em casa, alguém com algum tipo de deficiência para entrar nessa luta. Porque, se alguém disser "não quero lutar pelo negro porque não sou negra, na minha casa não tem ninguém negro, no meu bairro não tem ninguém negro, na minha farmácia não vai ninguém, no meu supermercado" não vou concordar, mas vou entender.

Vou encerrar, presidente. Se alguém falar para mim o seguinte: "não vou lutar pelos índios porque não sou da Funai, já tem a Funai para lutar pelos índios, e no meu bairro não tem índio, no meu supermercado não tem índio, na minha igreja não tem índio, então não vou lutar pelos índios." Não é a minha postura, mas vou respeitar.

Mas eu queria ver alguém que possa dizer "não vou lutar pelas pessoas com deficiência porque na minha casa não tem ninguém com deficiência, porque no meu bairro não tem ninguém com deficiência, na padaria que eu vou não tem ninguém, no supermercado que vou e na igreja que vou não tem ninguém."

Ter deficiência é um momento único na vida que, por um acidente ou por uma doença, alguém pode ficar. Cabe a todos nós: primeiro, prevenir; segundo, se a prevenção não deu certo, que os recebamos com respeito e com dignidade, trabalhando por essa camada. Hoje, somos quase 50 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência.

Muito obrigada, era isso que eu queria deixar registrado nesta tarde.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlão Pignatari. (S. Exa. desiste da palavra.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (S. Exa. desiste da palavra.) Tem a palavra o nobre deputado Hélio Nishimoto. (S. Exa. desiste da palavra.) Tem a palavra o nobre deputado Cássio Navarro. (S. Exa. desiste da palavra.) Tem a palavra o nobre deputado Gilmar Gimenes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massafera. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, tivemos oportunidade nesta noite de discutir vários temas.

Deputados que me antecederam levantaram todos temas da maior relevância para o nosso estado. Deputado Carlão Pignatari e deputado Feliciano, tivemos a oportunidade de discutir aqui a questão do embarque de animais vivos para exportação.

O importante é debater esse assunto, fazer o debate colocando as diversas opiniões, respeitando aqueles que fazem a defesa dos animais e, ao mesmo tempo, respeitando também aqueles que defendem a importância da atividade econômica para o nosso estado.

Ao mesmo tempo, em seguida, o deputado Coronel Camilo apresentou aqui a satisfação de ter aprovado o projeto que trata da vizinhança solidária, o projeto da nossa Polícia Militar.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Concede-me um aparte, deputado Davi Zaia?

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Perfeitamente, deputado Campos Machado. É sempre um prazer conceder um aparte a Vossa Excelência.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Também saúdo V. Exa. pela presença sempre brilhante na tribuna.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo. O deputado Carlos Cezar disse hoje que era favorável ao projeto do deputado Carlos Giannazi. Nós votaríamos apenas a urgência e levantaríamos a sessão.

O que quer dizer que o projeto só será pautado em comum acordo. Pelo menos, nós damos um passo. Porque não há condições de fazer nada hoje. Não tem congresso de comissões, não tem nada.

Vossa Excelência poderia fazer essa gentileza e apenas votar a urgência do projeto do nobre deputado Giannazi. Mesmo porque tenho eu, líder da bancada do PTB, que fazer esse gesto em relação ao deputado Carlos Giannazi, porque foi acordado, porque o projeto, realmente, é muito bom.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Deputado Campos Machado, V. Exa. tem sido um deputado que tem trabalhado para que, de fato, possamos fazer acordos. É disso que vive o Parlamento para os encaminhamentos.

Vossa Excelência encaminhou, inclusive, uma proposta no Colégio de Líderes que não foi aceita. Que pudéssemos fazer um cronograma de discussão dos projetos. Mas, infelizmente, também isso não foi possível. Então, nós saímos, hoje, do Colégio de Líderes sem nenhum acordo.

É por isso que estamos aqui há uma hora discutindo um projeto de urgência. Todos os deputados que me antecederam aqui discutiram um projeto de urgência. Poderiam não tê-lo feito. Poderiam não ter discutido o projeto de urgência e ele seria votado imediatamente.

Eu mesmo, enquanto vice-líder do Governo, fiz uma proposta agora para que, na medida em que não temos acordo entre as lideranças para votar projetos hoje, votássemos as urgências desde que suspendêssemos a sessão extraordinária que está convocada, porque também não há acordo, mas todas essas tentativas foram negadas.

Então, enquanto não houver um acordo de líderes, vou exercer aqui o meu direito de discutir, como todos os outros deputados fizeram. Na medida em que tenhamos um acordo, eu acho justo, mas não pode haver um acordo de apenas uma parte, até porque, se tivéssemos votado - já que entramos nessa discussão, vamos discutir isso - a urgência assim que ela foi colocada em votação, ela teria sido aprovada e, em seguida, votaríamos um requerimento do Governo que estava aqui para a inversão da Ordem do Dia e os que são contra poderiam estar discutindo.

Então, o que estamos fazendo aqui não se trata do projeto do deputado "A", "B" ou "C". Trata-se de um encaminhamento que esse plenário deve dar e para o qual não há acordo.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Deputado Davi Zaia, eu gostaria de fazer uma colaboração e uma sensibilização, porque sei que V. Exa. é um deputado pelo qual todos temos um grande respeito.

Imagino que não seja o momento de começarmos a misturar projetos do Governo com projetos de deputado. Não estamos querendo aprovar projetos de deputados, queremos apenas votar as cinco urgências dos cinco deputados, que, por falta de acordo entre o Governo e a oposição, acabam sendo prejudicados apenas na urgência.

Eu abri mão da minha fala, o Massafera abriu mão da fala dele, assim como os deputados Sebastião Santos e Hélio Nishimoto, para que possamos fazer uma colocação a V. Exa. de que possamos, nesses últimos minutos, apenas aprovar as urgências. Encerramos e depois temos uma extra com projetos de deputados para ser votados.

Esses projetos podem, ou não, ser obstruídos pelo Governo. Se o Governo pedir verificação de votação, nós, que somos favoráveis aos projetos, temos que colocar 48 deputados aqui para votar.

Então, gostaria de pedir isso a V. Exa., uma participação para que não se misturem os projetos de deputados com a discussão entre Governo e oposição sobre o que é melhor. Acho que são projetos que são melhores para a Casa. E não é aprovação de projetos, são apenas as cinco urgências.

Era isso o que eu gostaria de pedir ao nobre deputado, vice-líder do Governo, Davi Zaia.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Então vamos prosseguir um pouco nesse debate, deputado Carlão Pignatari.

Temos um acordo aqui na Casa para votar projetos de deputados. Qual é esse acordo? No Colégio de Líderes se analisa - temos lá uma lista de 40 itens que foram discutidos, hoje, no Colégio de Líderes - alguns projetos. E o procedimento qual é? O Governo manifesta se tem restrição, através de sua liderança, a algum desses projetos, e os partidos também. Porque, às vezes, em determinado partido há restrição a um projeto de deputado.

A sessão extraordinária que está convocada, está convocada com projetos para os quais não há acordo. Essa é a diferença. Nós não tivemos essa prática até agora. A prática que tínhamos é a de que vinham para serem discutidos os projetos para os quais tínhamos acordo.

Por isso sugerimos, para um acordo, que se suspendesse a sessão extraordinária, já que não há acordo para esses projetos que foram pautados de maneira unilateral pelo presidente. É uma prerrogativa dele, não estamos discutindo, é uma prerrogativa do presidente fazer a pauta da sessão extraordinária, mas há uma prática quanto aos projetos de deputados, até para que não precisemos obstruir os projetos de deputados, nem o Governo, nem os partidos que estão aqui. Essa tem sido a prática.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Estão faltando apenas dois minutos para que votemos cinco urgências, apenas as urgências. Não serão pautados esses projetos.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - A menos que tenhamos um acordo para suspender a sessão extraordinária, os projetos serão pautados. Então, infelizmente, o acordo não pode ser apenas de uma parte. Haverá sessão amanhã, e amanhã poderemos votar a urgência. Tudo isso é possível.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Queria fazer um apelo a V. Exa., porque havia um acordo na semana passada de que o nosso projeto fosse votado hoje, acordo assumido, inclusive, com o líder do Governo e com o PSDB. Eu só pediria que V. Exa. deixasse votar apenas essa urgência do nosso projeto. É um apelo que faço a V. Exa., porque havia um acordo, e V. Exa. irá quebrar o acordo que tínhamos feito.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se às 19 horas e 20 minutos.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

* * *

19 DE JUNHO DE 2018
31ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS
Secretaria: CEZINHA DE MADUREIRA
e CARLÃO PIGNATARI

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Convoca os Srs. Deputados para uma segunda sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão. Coloca em discussão o PL 665/14.
2 - DAVI ZAIA
Discute o PL 665/14.
3 - CAIO FRANÇA
Requer verificação de presença.
4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que não alcança número para a continuidade dos trabalhos. Lembra a realização da segunda sessão extraordinária, hoje, às 20 horas. Levanta a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da primeira sessão extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei nº 112, de 2003; Projeto de lei Complementar nº 1, de 2013; Projeto de lei nº 517, de 2011; Projeto de lei nº 885, de 2015; Projeto de lei nº 1199, de 2015; Projeto de lei nº 1352, de 2015; Projeto de lei nº 67, de 2016; e Projeto de lei nº 573, de 2016.

Proposições em Regime de Urgência. 1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 665, de 2014, de autoria do deputado José Bittencourt. Dispõe sobre o transporte de animais domésticos vivos e de pequeno porte nos serviços de transporte coletivo intermunicipal prestados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Pareceres nºs 1448 e 1449, de 2015, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favoráveis. Emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Pareceres nºs 741 e 742, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favoráveis à emenda. (Em anexo os Projetos de lei nºs 727, de 2015, 1043, de 2017, e 311, de 2018).

Em discussão.

O SR. DAVI ZAIA- PPS - Sr. Presidente, gostaria de discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Nobre deputado Davi Zaia, V. Exa. se inscreveu? Para discutir, V. Exa. tem que se inscrever. Não estando inscrito, eu poderia, inclusive, encerrar a discussão, mas, como V. Exa. é sempre muito cortês, poderá se inscrever. A inscrição sempre está aberta.

Para encaminhar a favor, tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia.